

Metade dos eleitores desconhece a Constituinte

Editoria de Arte

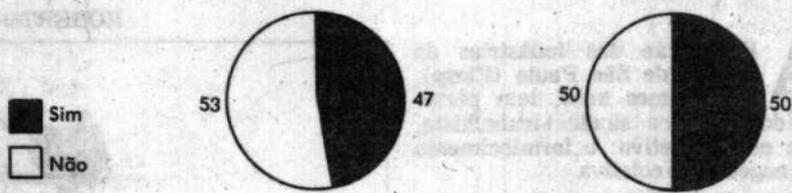
Da Redação da Folha

O (a) sr. (a) sabe o que é congresso Constituinte?

(em porcentagem)

SÃO PAULO

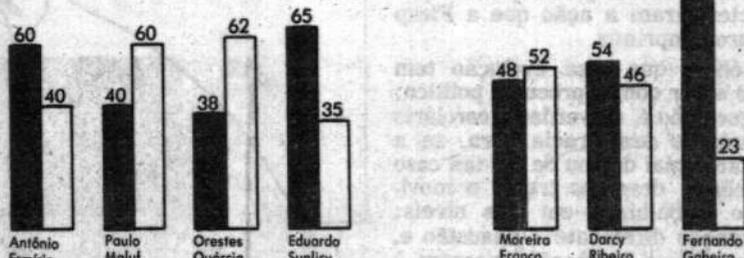
RIO DE JANEIRO



Segundo a intenção de voto*

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO



* Apenas para os principais candidatos

Fonte: DataFolha

“Lobbies” irão influenciar os constituintes

VIRGÍNIA GALVEZ

Repórter da Sucursal de Brasília

Com poderes teoricamente ilimitados, o Congresso constituinte que se instala a 1º de fevereiro de 1987 concentrará um jogo de pressões do qual dependerá o futuro do país. O jogo chama-se “lobby” ou, simplesmente, como define o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda: “Pessoa ou grupo que nas ante-salas do Congresso procura influenciar os representantes do povo”.

No Brasil, estão registradas oficialmente dezoito entidades junto à Câmara dos Deputados. Representantes de todos os setores atuam junto às comissões permanentes fornecendo pareceres técnicos, quando é o caso, ou simplesmente procurando convencer da justeza ou não de um determinado projeto de lei. Nos Estados Unidos, para cada congressista americano existem pelo menos trinta lobistas. Ao todo são quase nove mil.

Mas Brasília aparece hoje como um campo promissor para as empresas especializadas na representação de interesses. São pelo menos oito atualmente. Paulo Godoi, da AP — Comitê de Assessoramento Político Ltda., informa que trabalha com 32 contas de empresas nacionais, americanas, uma japonesa e uma francesa. A maioria dos contratos, segundo ele, é de caráter permanente e por isso envolve também o Congresso constituinte.

Godoi conta que a AP evita, há um ano e meio, que a empresa norte-americana Reynolds Metals instale no Brasil uma fábrica de latas de alumínio para bebidas, que colocaria em risco toda a indústria nacional, que utiliza folha de flandres produzida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

O esquema às vezes falha. Apesar do “lobby”, a indústria automobilística não conseguiu evitar o tabelamento de preços sustentados pelo governo antes do congelamento geral que veio com o Plano Cruzado. Também não impediu ou, pelo menos, negociou vantagens compensadoras quando o governo impôs o depósito compulsório. A Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) representa



25 fabricantes de carros, tratores e caminhões, emprega diretamente 146 mil pessoas e perto de 16 milhões, indiretamente.

O escritório da Anfavea em Brasília está instalado numa mansão no Lago Sul — região nobre da capital. Tem quatro funcionários. Credenciado em nome da entidade na Câmara, Francisco Mirto da Silva diz que seu trabalho limita-se a acompanhar a apresentação de projetos, e entregar às comissões técnicas arazoados, defendendo o ponto de vista das montadoras. Na relação de propostas que acompanha existe de tudo, até uma do deputado Antônio Florêncio (PFL-RN) que obriga a instalação de buzinas musicais em todos os veículos.

Trabalhadores

Mas não só as empresas “trabalham” no Congresso. Em dezembro de 1983 foi fundado o Departamento

A pouco mais de um mês das eleições dos deputados e senadores que deverão elaborar a próxima Constituição (a oitava do país e a sétima da República), cerca de metade dos eleitores dos Estados de São Paulo e do Rio não sabe ainda o que é Congresso constituinte. Em São Paulo, o desconhecimento atinge 53% dos entrevistados. No Rio, o índice alcança exatos 50%.

Estes os resultados obtidos pela Pesquisa Folha, realizada entre os dias 27 e 29 de setembro, quando foram entrevistados 2.677 eleitores em São Paulo e 1.560 no Rio. A pesquisa é financiada pela Empresa Folha da Manhã S.A. No último levantamento do DataFolha — realizado entre 13 e 14 de setembro e publicado no dia 21 —, o índice era praticamente o mesmo, considerando-se a margem prevista de erro de 3%. Na ocasião, não souberam dizer o que é Congresso constituinte 52% dos eleitores paulistas e 49% dos fluminenses.

Em São Paulo, o maior índice de desconhecimento foi registrado entre os entrevistados que manifestaram

O plano científico utilizado pela Pesquisa Folha é de autoria de Reginaldo Prandi, docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação.

A pesquisa é uma realização do DataFolha, sob direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes.

intenção de votar no candidato do PMDB ao governo do Estado, Orestes Quéricia (62%), e no candidato do PDS, Paulo Maluf (60%). Entre os eleitores de Eduardo Suplicy, do PT, e de Antônio Ermírio de Moraes, do PTB, 65% dos petistas e 60% dos petebistas disseram saber o que é Congresso constituinte.

Na disputa pelo governo do Rio, mais da metade (52%) dos eleitores do candidato do PMDB, Wellington Moreira Franco, ainda não sabe o que é Congresso constituinte. Entre os simpatizantes da candidatura de Darcy Ribeiro, do PDT, o percentual de conhecimento é de 54%. A maior taxa dos que dizem conhecer o assunto, no entanto, está entre os partidários do petista Fernando Gabeira: 77%.

liense”, Ronaldo Junqueira, de que o quadro deverá ser ainda mais desfavorável aos trabalhadores do que no atual Congresso. Junqueira calcula que pelo menos 30% dos eleitos já chegam como representantes de algum grupo econômico e com uma capacidade enorme de influência sobre os companheiros de parlamento. Pela previsão do Diap, a minguada representação de oito parlamentares oriundos do movimento sindical, que hoje são congressistas, poderá não ter sucessores para suas cadeiras.

Um grupo forte que deverá “agir com força”, já testada, no Congresso constituinte é o da Federação: governadores, prefeitos e vereadores. Estes estão acostumados a atuar em Brasília, pedindo recursos no Executivo e pressionando o Legislativo para aprovar a sua liberação. No Congresso constituinte, a conversa será um pouco mais complicada. Perseguirão a independência e o fortalecimento dos Estados e municípios através de uma redistribuição mais descentralizada das verbas tributárias.

Para manter a centralização das verbas e, conseqüentemente de poder, estará em campo o poderoso governo federal. Seu braço para o trabalho miúdo está representado pelos assessores parlamentares dos ministérios e principais empresas estatais. Eles são ativos no Congresso, têm gabinetes oferecidos pela Câmara e Senado. Usam crachá e têm trânsito livre, inclusive em plenário. Em momentos importantes, têm reforço. A Seplan chega a ter dez lobistas no Congresso. Mas estes têm uma característica especial: funcionam como canal de comunicação de duas vias, prestando, com frequência, pequenos favores a parlamentares junto à burocracia oficial.

Como senador, o atual ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, tentou regulamentar o “lobby”. Seu projeto foi apresentado em 1984 e está parado nas comissões técnicas. A proposta inclui o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas junto ao Congresso Nacional, não só para entidades, como acontece na Câmara. Os lobistas registrados teriam de declarar os gastos com a atividade e os rendimentos recebidos.

Publicação compara promessas e atuação de parlamentares

Quem é quem no Congresso. Esta é a chave do “lobby” bem-sucedido na capital da República. E este também é o título da publicação que o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) lança nos próximos dias. É um breve perfil de cada um dos 479 deputados, contando como agiram em relação às principais propostas de interesse dos trabalhadores que passaram pela legislatura que se encerra.

O trabalho será distribuído a todos os sindicatos de empregados com um objetivo: orientar o voto. Ao final de cada perfil, o Diap informa se o

parlamentar é ou não candidato à reeleição. O trabalho começou em janeiro deste ano a partir de questionários submetidos aos deputados. Depois, o Diap fez uma pesquisa detalhada sobre a vida pessoal e pública de cada um. Isto permitiu verificar que, apesar de defender idéias progressistas na pesquisa, a maioria mostrou-se incoerente na prática, votando contra as propostas nessa linha.

O candidato do PDS ao governo de São Paulo, Paulo Maluf, eleito deputado com 672.927 votos em 1982, teve uma atuação “contrária aos interes-

ses dos trabalhadores”, segundo o Diap. Teve o maior índice de ausência na Câmara, apresentou apenas seis projetos de lei e esteve ausente nas votações mais importantes.

Grupos

O que o Diap não fez expressamente foi identificar os parlamentares que lideram grupos poderosos de interesses do empresariado. São muitos e alguns conhecidos e assumidos. O deputado Pratini de Moraes (PDS-RS) já confessou representar os interesses do setor siderúrgico. O deputado Salvador Julianelli (PDS-

SP) não deixa passar um projeto que contrarie os revendedores de veículos. Mais de cem projetos antitabagistas estão parados na Câmara com a ajuda de parlamentares e funcionários do “lobby” do fumo.

Representantes ou interessados diretos, há parlamentares para estes principais “lobbies”: usineiros, pecuaristas, agricultores, industriais do fumo, informática, bancos, indústria nacional, desenvolvimento regional (do Nordeste, principalmente), transportes de carga, siderurgia, jornais e emissoras de rádio e televisão.